

Índice

Introdução — Do Mistério da Criação às Artes do Sentido	9
1. Narciso e Eco: Uma Nota sobre as Atuais Artes da Leitura	19
2. Uma Leitura bem Feita	39
3. “A Tragédia”, Reconsiderada	57
4. A Longa Vida da Metáfora: Uma Abordagem da <i>Shoah</i>	79
5. O Crepúsculo das Humanidades?	101
6. Quatro Poetas: A Arte de Fernando Pessoa	125
Posfácio — Os Trabalhos de Hércules: George Steiner, o Guardador da Casa da Nostalgia	135
Nota sobre a Proveniência dos Textos	139
Nota de Agradecimento	141

1.

Narciso e Eco: Uma Nota sobre as Atuais Artes da Leitura

Qual será o motivo para a atual ênfase nas “teorias da compreensão”, na epistemologia e nas técnicas da hermenêutica? O que dirão os futuros historiadores da sensibilidade sobre o tom veementemente teórico dos estudos literários de hoje?

Somos, inquestionavelmente, os herdeiros da “profissionalização” e da ingestão académicas dos estudos das letras modernas nos seus primórdios (nos seus moldes modernos) durante a última metade do século XIX. Em tal incorporação, há uma lógica inercial. Haverá um movimento inevitável da historicidade inaugural e valoração intuitiva — as convencionais “histórias das literaturas nacionais”, as canónicas “biografias autorais”, a instauração de um programa de excelência previamente examinada — para a “tecnicidade”, a investigação teórico-analítica de premissas epistemológicas e meios formais da disciplina. Assim, a codificação dos estudos literários no seio da fixação académica do ensino e da investigação, agora aproximadamente com um século, estava destinada a gerar os vocabulários específicos, os “formalismos”, as análises “fundacionais” e as polémicas que enquadram a nossa presente situação. O Bizantismo sucede-se à Arcádia.

A entrada em vigor das *belles lettres*, do estudo das literaturas das línguas modernas (por oposição às “clássicas”) na universi-

dade, coincide temporariamente com a boa fortuna do “cientismo”, com o posicionamento prestigiante da investigação científica em moldes analíticos e positivistas. As reivindicações de seriedade e de rigor metodológico avançadas por Sainte-Beuve e por Taine, posteriormente institucionalizadas pela educação superior, são estreitamente análogas ao programa geral de uma “ciência do homem” numa veia positivista-científica do modo como Auguste Comte a instituiu. A génese do seminário e do sistema de exames aplicados ao estudo da poesia, do drama e, mais tarde, da ficção em prosa, nas universidades alemãs e francesas, é inseparável desta estreita e produtiva aliança entre a *Hochschule* novecentista enquanto tal e o triunfo das ciências puras e aplicadas. No modelo de Humboldt para a universidade secular, na exegese de Schleiermacher (embora de um modo idealizado), o paralelismo entre critérios científicos e critérios humanísticos torna-se ativo.

Este paralelismo beneficia de um poderoso ímpeto na viragem do século e, até então, de três correntes de argumentação. Na medida em que reivindica ser uma ciência aplicada da mente e uma descodificação metodologicamente verificável dos processos semânticos e simbólicos, a psicanálise apresenta uma leitura “científica” do texto literário. A segunda corrente é a fenomenologia. Numa atitude explicitamente cartesiana e científica, Husserl esforça-se por chegar a um constructo normativo, intransigentemente racional, do ato da percepção. A tendência da fenomenologia, antes de Heidegger, é, enfaticamente, no sentido do sujeito cognoscente. Veremos quão vital é este facto no que diz respeito às atuais condições das nossas leituras. O terceiro ímpeto no sentido das regras analíticas e formalistas da compreensão é, obviamente, a lógica. Depois de Saussure, Peirce e Frege, a própria conceção das relações entre linguagem e sentido, entre *signifiant* e *signifié*, entre estruturas formais de suposta *profundidade* e *universalidade* e a sua manifestação local nos atos performativos do discurso, sejam eles “comuns” ou “literários”, assumiram o novo desiderato da severidade. Implícitas estão novas pretensões a uma compreensão analítica dos sentidos do sentido.

Estes diversos movimentos fizeram valer no estudo didático-acadêmico das letras e na valoração do texto poético analítico (tanto no sentido lógico, como no sentido freudiano) elementos fenomenológicos e formalmente semânticos de positividade, de método científico. O formalismo russo e checo, os “protocolos” de análise do sentido e do valor, propostos pelo primeiro I. A. Richards, a anatomia do texto-objeto propugnada pela Nova Crítica e pela retórica semiótica de Kenneth Burke — cada um deles, e o que a seguir adveio, aponta para uma fonte dual no paradigma científico enquanto tal e na corporização deste paradigma na academia.

Mas o caráter teórico assumido pelos mandarins do atual clima crítico-interpretativo poderá igualmente sugerir uma circunstância mais ampla. Poderá envolver um fenômeno de periodicidade que é frequentemente visível, porém incipientemente compreendido.

A conceção da literatura como sendo essencialmente “textual” (*écriture*); o refinamento das escolas de exegese especializadas, muitas vezes mutuamente polêmicas; a asserção mais ou menos confessada do comentário como estando existencialmente em pé de igualdade com o texto, se não mesmo antecedendo-lhe na ordem de precedência; o recrutamento ou aceitação do poeta e do crítico no seio do sistema escolástico: estes são os sinais de uma situação a que atribuímos os epítetos de “bizantina” ou “alexandrina”. Identificamos nestes traços um conjunto de atitudes e de práticas que parecem ter prevalecido não só nas culturas helênicas e nas tardias culturas imperiais da Antiguidade, mas também em determinados momentos, em períodos mais recentes da história ocidental, como os séculos XII e XIII, a era de Scaliger e dos neo-aristotélicos ou o fim do século XIX. Poderia parecer, pelo menos em certa medida, que o domínio do teórico, do formalmente metodológico, acompanha (nasce de?) uma concomitante fraqueza dos centros da invenção, do espírito criador da imaginação. O sono ou, melhor, a sonolência da literatura gera os monstros da desconstrução.

Não temos uma noção clara sobre o mecanismo cíclico ou os processos de entropia e de renovação, se é que estes existem, que

trazem este enfraquecimento da criatividade, estas crises de confiança no poético. Mas há provas substanciais de que nos encontramos hoje no Ocidente numa zona cinzenta, em que uma geração epigonal sucedeu aos mestres da modernidade. Concomitantemente, os impulsos da energia articulada, da estilização pessoal, transferiram-se para o ato crítico, o comentário, a explicação. De facto, uma boa parte da literatura hodierna — W. H. Auden foi um dos primeiros a assinalar o fenómeno e a adivinhar os seus custos — dirige-se conscientemente para os critérios de assentimento, para as técnicas de receção e de elucidação, que aguardam na universidade. A “Escrita Criativa” academizou-se, tanto em sentido próprio como no sentido institucionalizado do termo.¹

*

O triunfo do hermenêutico tem as suas vantagens. Anteriores fases bizantinas ou alexandrinas do estudo da literatura serviram para estabelecer os clássicos, para os editar, para os equipar com o requerido aparato lexical e gramatical. Hoje, as escolas de leitura e de interpretação (sejam elas formalistas, estruturalistas ou semióticas), juntamente com a psicanálise e com a linguística, ajudaram a colocar no centro das *sciences de l’homme* toda a fenomenologia da linguagem, dos atos de fala e da competência e atributos simbólico-semânticos da espécie. Os atuais modelos e métodos analítico-interpretativos, os “instrumentos especulativos” prefigurados na *Biographia Literaria* de Coleridge, relacionam de um modo convincente o texto literário com as estruturas semânticas na sua totalidade social (aqui a perspectiva marxista dá, ou deveria dar, a sua contribuição). Na senda de Mallarmé, as novas gramatologias postulam, e fazem-no de um modo frutífero,

1 Num período em que o pulsar da criatividade se fizesse sentir com maior premência, um F. R. Leavis teria a possibilidade de se tornar, igualmente, um Matthew Arnold; um Roland Barthes poderia ter produzido não apenas uma mitografia (como fizeram os escolásticos bizantinos), mas teria criado ocasiões para o mito, à semelhança do que forjou o seu antecessor e modelo, Valéry; e um talento tão produtivo e polémico como o Sr. Derrida teria encontrado forma de escrever ficções de argumento como aquelas que Diderot compôs.

que uma teoria da linguagem, da dialética entre a “palavra” e o “mundo”, corresponde a uma verdadeira teoria da poética, que a criatividade inerente em todo o discurso, e axiomatizada pelas gramáticas generativo-transformacionais, encontrarão no poema a sua mais óbvia e primordial concretização.

O programa de Roman Jakobson, já formulado no início do século, de uma colaboração orgânica entre a nossa percepção da gramática da poesia e da poesia da gramática, foi consequente. Descobrimos, ou melhor, redescobrimos (muito antes de nós já existiam os antigos retóricos e os exegetas escolásticos) quão inseparavelmente “sentido”, “efeito emocional” e “conotação” estão amalgamados com os meios de execução fonética, fonêmica, lexical e sintática do poema. Sabemos que o sentido é uma *formalidade animada*. A parataxe não é uma característica acidental ou ornamental de uma ode tardia de Hölderlin: ela é essa ode e a visão do mundo que articula e que torna provisoriamente viável às nossas percepções. A cadeia de ditongos homofônicos analisados por Jakobson num poema de Brecht de 1934 também é a política do poema, a sua figuração lírica, a “corporização” (a insubstituível expressão de Shakespeare) do que Brecht pressentiu ser e procurou insinuar na nossa apreensão sensorial das relações de poder que a estrutura de classe e as diferentes literacias no seio de uma sociedade percutem na gramática da língua.

Principalmente, as táticas semiótico-desconstrutivas de leitura procuraram subverter quaisquer pressuposições “logocêntricas” no que toca à autenticação e validação da presença do autor no texto. Esforçaram-se por refutar quaisquer conceitos ingênuos no que concerne a qualquer possibilidade de tornar acessível, numa análise final ou consensual, ao leitor e à sua cultura qualquer estabilidade privilegiada e plenitude do sentido (“meaning-fulness”). O Homem deixou de ser o gerador emancipado e o guardião do sentido. Nenhuma prática profunda, nenhum consenso através dos tempos, poderão conferir ao sentido um estatuto inabalável. Ao invés, o autor praticamente anónimo e o seu leitor desconstrutivista são ambos cúmplices e o produto de uma reflexão infinitamente regressiva, permanentemente aberta, e de uma dispersão de